



TEMPO  
Maio: 21,55  
Junho: 22,65  
Julho: 23,75  
Agosto: 24,85

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,30

# JORNAL meionorte

ANO XXI - Nº 8720 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2016



Janot pede prisão da cúpula do PMDB - Nacional 6

NOVO PONTO ELETRÔNICO

## Política & Justiça

### GESTÃO MUNICIPAL

Após a nota emitida pelo TCE-PI sobre descumprimento dos limites da LRF em gastos com pessoal, a APPM alertou 83 municípios piauienses para a necessidade de fazer cortes nas folhas

# Com LRF extrapolada, APPM propõe cortes na folha em 83 municípios

FRANCY TEIXEIRA  
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

Após a nota emitida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) no que tange ao descumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em gastos com pessoal, a Associação Piauiense de Municípios (APPM) alertou 83 municípios piauienses para a necessidade de fazer cortes drásticos nas folhas de pagamento para que a gestão não sofra com as sanções previstas pela legislação. De acordo com o órgão, a prudência no uso dos recursos financeiros é uma bandeira que vem sendo levantada, como forma de equilibrar os gastos.

"Conseguimos uma grande vitória junto ao TCE-PI, que admitiu a aprovação das contas do município que ultrapassar o limite da LRF, quando o gestor não realizou nenhum ato que motivasse essa situação. Só que o TCE-PI exige que os municípios ajustem suas folhas e isso nós prefeitos estamos fazendo, exonerando comissionados, cortando gratificações e gastos desnecessários", frisou o presidente da entidade, Arinaldo Leal.

Em tal âmbito, o corte nos gastos em algumas prefeituras chega a 30%, segundo informa a Associação. Assim, abarcando as despesas com custeio e pes-

### Corte nos gastos em algumas prefeituras chega a 30%, segundo informou a APPM

soal; além disso, as nomeações estão sendo feitas levando em conta as necessidades extremas do funcionamento administrativo. A APPM ainda aponta as ocorrências que levaram os municípios a ultrapassar o limite de 54% com a folha de pessoal, dentre as quais destacam: a redução nos repasses do FPM (Fundo de Participação do Município), reajustes no salário mínimo, novo piso do magistério, além do cenário de aperto fiscal ocasionado

pela crise econômica.

As dificuldades advindas pela crise econômica e política são percebidas em todas as esferas do Poder Executivo, exacerbando a necessidade de adotar uma postura cautelosa diante do custeio e da nomeação de pessoal.

Com esse cenário constatado nos 83 municípios, o conselheiro-substituto do TCE-PI, Jaylson Campelo, disse que a situação das prefeituras piauienses é decorrente da depreciação das receitas com a crise econômica e do crescente aumento das despesas municipais. "É difícil para os municípios reduzir as despesas porque há medidas que independem das prefeituras, como o pagamento do piso nacional de salário dos professores, obrigações com a saúde, dentre outras", detalhou.



ARINALDO explica como prefeituras devem lidar com limites da LRF

# Com pendência, 35 municípios piauienses podem entrar no CAUC

Segundo dados atualizados do Sistema de Informações Públicas sobre a Educação (Siope), 189 municípios piauienses já transmitiram os dados sobre os gastos no setor referentes ao último ano. O processo obrigatório evita que as cidades entrem no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), que impossibilita a promoção de parcerias, acordos e convênios, tal como outros recursos repassados pela União. O número representa 84,38% do total de municípios do Estado; índice acima da média nacional, que é de 83,11%, segundo informou a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) na terça-feira, dia 07. Apesar do bom resultado indicado no Piauí, outros 35 municípios ainda não transferiram as informações sobre os gastos solicitadas pelo Governo Federal, o que repre-

senta 15,62% do total.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) destacou que o "sistema continua aberto para receber os dados", lembrando a importância dos gestores não encerrarem o mandato com esta "pendência", tendo em vista o pleito eleitoral de outubro. Em todo o Brasil, dos 5.568 municípios, 940 ainda estão pendentes com o sistema.

No ano passado, onde as Prefeituras tiveram que repassar os dados de 2014, 220 municípios piauienses (98,21%) transmitiram as informações e apenas quatro (1,79%) não entregaram o relatório. Em tal âmbito, cabe ressaltar que o Siope tem como objetivo levar ao conhecimento da sociedade o quanto está sendo investido efetivamente na educação, já que há a obrigação de no mínimo 25% do montante orçamentário, focando ainda em fortalecer os mecanismos de

controle social dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

## MUNICÍPIOS

De acordo com o balanço divulgado pelo Siope em sua página oficial, dentre os municípios piauienses que ainda não transmitiram as informações estão: Anísio de Abreu, Aroazes, Aroeira do Itaim, Assunção do Piauí, Barreiras do Piauí, Cajueiro da Praia, Coivaras, Curral Novo do Piauí, Fartura do Piauí, Guaribas, Itaueira, Jardim do Mulato, Jerumenha, Madeiro, Morro Cabeça no Tempo, Nossa Senhora dos Remédios, Novo Oriente do Piauí, Olho D'água do Piauí, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Picos, Prata do Piauí, Redenção do Gurgueia, Ribeira do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Santa Luz, Santo Antônio do Lisboa, São Braz do Piauí, São Gonçalo do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Sebastião Barros, Socorro do Piauí e Tanque do Piauí. **(F.T.)**



## TCE vai implantar índice de avaliação das gestões

**Índice medirá indicadores da saúde, educação, planejamento e gestão fiscal**

João Magalhães  
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai implantar no Piauí o índice de Efetividade da Gestão Municipal

(IEGM). Na prática, o programa vai medir a efetividades das gestões municipais a partir da avaliação sobre a aplicação dos recursos públicos e indicadores das prefeituras. O índice vem sendo implantado nos tribunais de contas do país e não possuem efeito de fiscalização, apenas mede a qualidade dos gastos e avalia as políticas públicas do gestor municipal.

A proposta foi apresentada ontem (07) pelo presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes, ao presidente da Associação Piauiense de Municípios, Arinaldo Leal (PSB),

durante reunião no TCE-PI. Nunes explicou que o IEGM vai levantar indicadores dos municípios nas áreas de saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção das cidades, sustentabilidade ambiental e governança de tecnologia e informação.

“Esses dados indicarão o grau de efetividade da gestão municipal. Ou seja, por meio deles será possível dizer até que ponto a gestão de determinado município está sendo eficaz na aplicação dos recursos públicos e gerando resultados concretos para a comuni-

dade”, explicou. A partir disso, será possível o TCE e as prefeituras pensarem em ações para avançar na melhoria da efetividade das gestões.

Arinaldo Leal avaliou que os prefeitos piauienses estão dispostos a implementar medidas que possam efetivamente contribuir para a melhoria da gestão e solicitou informações mais detalhadas do TCE sobre o Índice de Efetividade e convidou o presidente Luciano Nunes para apresentar o projeto em assembleia geral da APPM, que será realizada no próximo dia 27.

Quarta-feira

Teresina, 8 de junho de 2016



# DIÁRIO

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



(86) 98889-9588

do Povo do Piauí

• ANO XXIX Número 10.784

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

## ■ CONTROLE EXTERNO

# TCE terá Índice de Efetividade da Gestão

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai implantar no Piauí o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), programa que medirá a efetividade da gestão a partir da avaliação da aplicação dos recursos públicos e outros indicadores das prefeituras municipais. A proposta foi apresentada ontem pelo presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes Santos, ao presidente da APPM, Arinaldo Leal, durante reunião no Tribunal de Contas.

Luciano Nunes disse que o IEGM vai levantar indicadores dos municípios nas áreas de saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção das cidades, sustentabilidade ambiental e governança de tecnologia e informação. "Esses dados indicarão o grau de efetividade da gestão municipal. Ou seja, por meio deles será possível dizer até que



Foto: Divulgação

**REUNIÃO** do presidente do TCE-PI com representantes da APPM

ponto a gestão de determinado município está sendo eficaz na aplicação dos recursos públicos e gerando resultados concretos para a comunidade", explicou.

Criado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), órgão de estudos, pesquisas e capacitação dos Tribunais de Contas dos

Estados, o IEGM vem sendo implantado em vários TCs do país, com o objetivo de medir a qualidade dos gastos e avaliar as políticas públicas do gestor municipal. Luciano Nunes adiantou que o IEGM não tem finalidade de fiscalização, mas é uma forma de mostrar se a visão e os objetivos estratégi-

cos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Com isso, o prefeito e outros gestores podem orientar suas ações para melhorar os resultados dos projetos e políticas públicas implementados nos municípios.

O presidente da APPM, Arinaldo Leal, disse que os prefeitos piauienses estão dispostos a implementar medidas que possam efetivamente contribuir para a melhoria da gestão. "O TCE-PI tem sido um parceiro da APPM e das prefeituras piauienses, sobretudo na adoção de medidas para orientar as boas ações nos municípios", afirmou. Ele solicitou informações mais detalhadas do TCE sobre o Índice de Efetividade e convidou o presidente Luciano Nunes para apresentar o projeto em assembleia geral da APPM, que será realizada no próximo dia 27.



# TCE vai implantar índice de avaliação das gestões municipais

Índice medirá indicadores da saúde, educação, planejamento e gestão fiscal

08/06/2016 07:53h

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai implantar no Piauí o índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Na prática, o programa vai medir a efetividades das gestões municipais a partir da avaliação sobre a aplicação dos recursos públicos e indicadores das prefeituras. O índice vem sendo implantado nos tribunais de contas do país e não possuem efeito de fiscalização, apenas mede a qualidade dos gastos e avalia as políticas públicas do gestor municipal.



*Presidente do TCE , Luciano Nunes, se reuniu com o presidente da APPM, Arinaldo Leal, para discutir a implementação do índice (Foto: Divulgação)*

A proposta foi apresentada ontem (07) pelo presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes, ao presidente da Associação Piauiense de Municípios, Arinaldo Leal (PSB), durante reunião no TCE-PI. Nunes explicou que o IEGM vai levantar indicadores dos municípios nas áreas de saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção das cidades, sustentabilidade ambiental e governança de tecnologia e informação.

“Esses dados indicarão o grau de efetividade da gestão municipal. Ou seja, por meio deles será possível dizer até que ponto a gestão de determinado município está sendo eficaz na aplicação dos recursos públicos e gerando resultados concretos para a comunidade”, explicou. A partir disso, será possível o TCE e as prefeituras pensarem em ações para avançar na melhoria da efetividade das gestões.

Arinaldo Leal avaliou que os prefeitos piauienses estão dispostos a implementar medidas que possam efetivamente contribuir para a melhoria da gestão e solicitou informações mais detalhadas do TCE sobre o Índice de Efetividade e convidou o presidente Luciano Nunes para apresentar o projeto em assembleia geral da APPM, que será realizada no próximo dia 27.

**Por:** João Magalhães - Jornal O DIA

<http://www.portalodia.com/noticias/politica/tce-vai-implantar-indice-de-avaliacao-das-gestoes-municipais-272191.html>

# Queda nos repasses e reajustes fazem municípios extrapolarem LRF

Queda nos repasses federais e reajustes salariais fazem municípios extrapolarem limite da LRF

08/06/2016 08:31h

A prudência no uso dos recursos financeiros é uma bandeira que a Associação Piauiense de Municípios (APPM) vem levantando, ao longo do tempo, como forma de equilibrar os gastos e orientar as prefeituras sobre o limite de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 54%. Atualmente, 83 municípios ultrapassaram esse limite, segundo o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI).

Os cortes em algumas prefeituras chegam a 30% das despesas com custeio e pessoal e as nomeações estão sendo feitas levando em conta as necessidades extremas do funcionamento administrativo. Dentre os principais motivos que levaram os municípios a esse patamar estão a redução nos repasses do FPM (Fundo de Participação do Município), reajustes no salário mínimo, novo piso do magistério, além do cenário de aperto fiscal ocasionado pela crise econômica.

O presidente da APPM, Arinaldo Leal, tem alertado os municípios para a necessidade de fazer cortes drásticos nas folhas de pagamento para que não sofram sanções legais posteriormente.

“Conseguimos uma grande vitória junto ao TCE-PI que admitiu a aprovação das contas do município que ultrapassar o limite da LRF, quando o gestor não realizou nenhum ato que motivasse essa situação. Só que o TCE-PI exige que os municípios ajustem suas folhas e isso nós prefeitos estamos fazendo, exonerando comissionados, cortando gratificações e gastos desnecessários”, destaca.

Segundo informações levantadas pela Diretoria de Fiscalização da Administração (Dfam) do TCE-PI, com base no Relatório de Gestão Fiscal dos municípios referente ao 2º semestre de 2015, 83 municípios estão ultrapassando o percentual de 54% de gastos de sua receita corrente líquida com pessoal.

Para o conselheiro-substituto do TCE-PI, Jaylson Campelo, a situação das prefeituras piauienses é decorrente da depreciação das receitas com a crise econômica e do crescente aumento das despesas municipais. “É difícil para os municípios reduzir as despesas porque há medidas que independem das prefeituras, como o pagamento do piso nacional de salário dos professores, obrigações com a saúde, dentre outras”, completa.

**Fonte:** Ascom

<http://www.portalodia.com/blogs/pelo-piaui/queda-nos-repasses-e-reajustes-fazem-municipios-extrapolarem-lrf-272197.html>





Empresa também foi denunciada - 08/06/2016 às 08h12

## **Prefeitura de Esperantina será julgada no TCE após denúncia contra licitação**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, por meio da 1ª Câmara, vai julgar denúncia com pedido de Medida Cautelar contra a prefeitura de Esperantina.

A denúncia aponta supostas irregularidades em processo licitatório, na modalidade Tomada de Preço nº 11/2015.

Além da prefeita Vilma Carvalho Amorim, é denunciada também a empresa E. F. Pesquisa e Projetos LTDA - EPP (Instituto Machado de Assis), por meio de seu representante Leonardo Laurentino Nunes Martins.

O processo estava para ser julgado na terça-feira (07/06), mas foi retirado de pauta em virtude da ausência justificada do relator Jaylson Campelo.

O advogado Wildson Oliveira atua na defesa dos denunciados.

<http://180graus.com/brjus/tce-vai-julgar-denuncia-em-licitacao-na-prefeitura-de-esperantina-no-pi>



Exercício do ano de 2013 - 07/06/2016 às 17h01

## **Tribunal de Contas do PI aplica multa a ex-superintendente da 'SDR'; ano 2013**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aplicou multa a Francisco Alberto Gomes de Almeida, que foi Superintendente de Desenvolvimento Rural (SDD) em Teresina, no ano de 2013.

Ele teve sua prestação de contas (TC/02671/2013) julgada regular, mas com ressalva, que resultou na sanção de multa por parte do TCE-PI.

Sua gestão frente à pasta aconteceu no período de 01 de janeiro de 2013 a 10 de outubro de 2013.

Paulo da Silva Lopes, que foi Superintendente da SDR no período de 10 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 teve as contas julgadas regulares.

O relator foi o Conselheiro Kléber Eulálio.

<http://180graus.com/brjus/tribunal-de-contas-do-pi-aplica-multa-a-exsuperintendente-da-sdr-ano-2013>



No MA, prefeito foi preso - 07/06/2016 às 14h01

## Suposta empresa de fachada possui contrato com a prefeitura de Uruçuí

### MN Empreendimentos motivou até prisão de prefeito do Maranhão acusado de agiotagem

*Por Rômulo Rocha*

#### TODAS POR "DISPENSA"

A Prefeitura de Uruçuí, comandada por Renata Coelho (PMDB), assinou contrato que ultrapassa a cifra de 1 milhão com a empresa que motivou a prisão de um prefeito do Maranhão. O gestor preso é o do município de Nova Colinas, Elano Martins Coelho (PRB), e a empresa é a MN Empreendimentos.

Segundo o Ministério Público daquele estado, o prefeito, acusado de envolvimento em agiotagem, teria desviado cerca de R\$ 7 milhões através de fraudes em processos licitatórios, usando para isso, uma suposta empresa de fachada, que vem a ser a MN Empreendimentos.

Lá no Maranhão, as investigações policiais levaram à constatação de que a empresa não tinha condições de atender à demanda provocada pelo ganho de 15 licitações na prefeitura de Nova Colinas. As licitações iam de coleta de lixo a aluguéis de carros.

#### NO PIAUÍ PREFEITURA DE URUCUÍ ASSINOU CONTRATOS

No estado piauiense, ao menos uma prefeitura, é o que se apurou até agora, a de Uruçuí, manteve contratos com essa empresa suspeita, que aos olhos da Polícia maranhense e do Ministério Público daquele estado é, repita-se, de “fachada”.



### **FORAM BUSCAR UMA EMPRESA DO MARANHÃO**

As contratações, todas por dispensa de licitação, eram para a construção, ampliação e recuperação de unidades escolares e ginásios poliesportivos.

Entre os serviços prestados estavam o da construção de uma quadra poliesportiva na Comunidade Tucuns, em Uruçuí. É o que diz o contrato nº 004/2014 e contrato nº 076/2014. O valor total de uma nota fiscal emitida, de posse do **180**, é de R\$ 149.402,90.

Um outro é o acordo referente ao contrato para prestação de serviços na reforma das escolas na Zona Rural do município, conforme especifica o contrato N° 0171/2014. O valor de uma das notas emitidas em nome da empresa é da ordem de R\$ 170 mil.

Mas a dotação inicial para esses tipos de serviços totalizavam em um primeiro momento a cifra de R\$ 448.970,00.

Há ainda serviços fretados na recuperação de sarjetas e meio fios para o município, da ordem de R\$ 112.183,75.

### **EMPENHOS SOMAM R\$ 1,5 MILHÃO**

Segundo informações colhidas junto ao Tribunal de Contas do Estado, o valor empenhado em favor dessa empresa no ano de 2014 é da ordem de R\$ 384.102,90. Já no ano de 2015, a cifra empenhada chega a R\$ 1.130.046,50.

Totalizando, portanto, a quantia de R\$ 1.514.149,40.



### **JOSÉ HÉLDER DO NASCIMENTO E SILVA: ELE QUEM PAGA**

Inúmeros empenhos e pagamentos chegaram a ser realizados e foram assinados por José Hélder do Nascimento e Silva, o secretário municipal da Fazenda de Uruçuí.

José Hélder já chegou a ser preso pela Polícia Federal na Operação Geleira, acusado de envolvimento no esquema de notas frias naquele município.

### **O LUGAR ONDE FUNCIONARIA A EMPRESA**

Uma fonte do **Blog Bastidores** esteve na sede da empresa no Maranhão. Tomou por base o endereço que consta junto à Receita Federal. A MN Empreendimentos LTDA-ME tem como nome fantasia “J & F Empreendimento”.

A empresa fica localizada em Sambaíba, a cerca de 689 km da capital São Luís, mas precisamente na Rua 7 de Setembro.



*Secretário de Finanças Helder Nascimento, a prefeita Renata Coelho e o esposo Chico Filho*

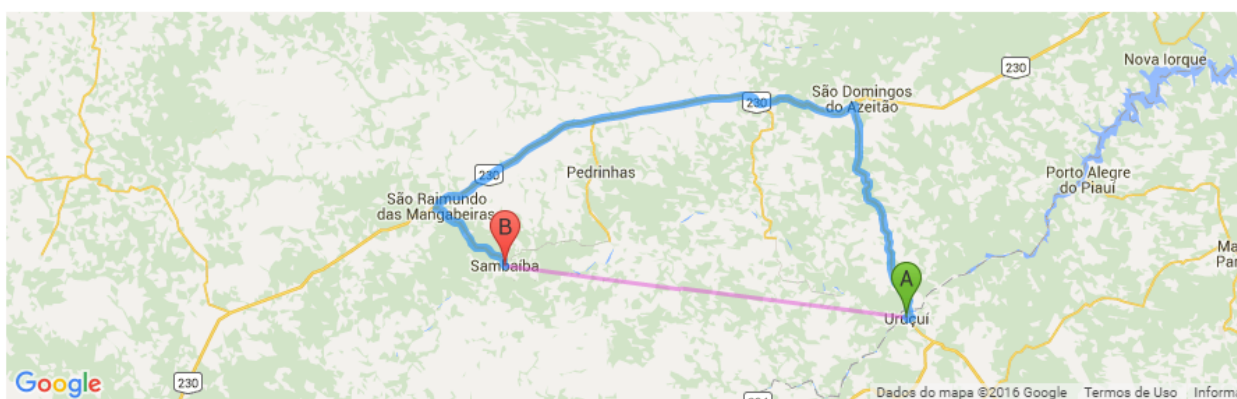
No lugar, a empresa que as autoridades investigativas dizem ser de “fachada” não evidencia possuir uma estrutura que consiga atender à demanda por serviços de várias prefeituras.

Além de Uruçuí, no Piauí, e Nova Colinas, no Maranhão, cerca de outras prefeituras também assinaram contratos com a MN Empreendimentos. Suspeita-se ainda que uma outra prefeitura no Piauí também figure no rol de contratos da J & F.

A MN tem como sócios Túlio Ribeiro Dantas e Marysol Nascimento Silva Dantas. Essa seria a esposa de um dos sócios do prefeito preso no Maranhão.

O município em que está sediada a empresa fica a 170 quilômetros de Uruçuí.

### Distância entre Uruçuí e Sambaíba



A distância em linha reta entre Uruçuí (Piauí) y Sambaíba (Maranhão) é 88.25 km, mas a distância de condução é 170 km.

Leva 2 horas 29 min. para ir de Uruçuí a Sambaíba.

## O PREGOEIRO

O pregoeiro da prefeitura de Uruçuí é Luciano Ribeiro da Silva. Recentemente ele fez publicar no Caderno Imóveis do jornal Meio Norte o aviso para quatro licitações.

Um era para a aquisição de tecidos.

## ELES INVESTIGAM. E NÓS?

As investigações no estado do Maranhão são um alento para a Polícia Civil do Piauí se mover. Mostra que é possível fazer.

Lá, naquele estado, a atuação para combater esse suposto esquema envolvendo a MN Empreendimentos tem o dedo da divisão de combate à corrupção da Polícia.

Em Uruçuí, se atuarem, um fio puxa o outro, e sempre levará a peixes grandes. É fato.

**Blogueiro:** Por Rômulo Rocha

<http://180graus.com/noticias/prefeitura-de-urucui-assinou-contratos-com-suposta-empresa-de-fachada>